

EDITORIAL

A revista “Direitos, Trabalho e Política Social” em seu sétimo número traz o tema Políticas Sociais: temas contemporâneos, dilemas e perspectivas. Apresenta um conjunto de nove artigos que discutem aspectos relacionados ao eixo da Política Social, do Direito do Trabalho e dos Direitos dos Trabalhadores.

As temáticas desenvolvidas pelos autores estão sintonizadas com os debates que vem conformando a realidade atual e que interpelam cotidianamente os profissionais e exige posicionamentos e propostas voltadas para a construção de uma nova sociabilidade. Expressam também a natureza contraditória da Política social em suas potencialidades e limites diante da dinâmica da relação Estado e sociedade na contemporaneidade, que é marcada pela crise do capitalismo, que atinge todas as áreas da vida humana e coloca em risco os direitos e garantias conquistados pela classe trabalhadora no seu processo de lutas e a distância da perspectiva de políticas sociais universais.

Assim, espera-se que os artigos aqui apresentados, provenientes de estudos e pesquisas desenvolvidos pelos autores, venham contribuir com o debate sobre a realidade social nas suas múltiplas expressões e que possa ser socializado.

Marilza de Fátima Souza apresenta reflexões importantes sobre as políticas públicas enquanto direitos sociais que deveriam ser ofertados pelo Estado. O foco é na política de educação, mais especificamente nas Universidades Públicas Federais, instituições de importância fundamental para o país e para a sociedade que têm atravessado um momento crítico e se encontram em meio a uma crise que não é

nova, mas que é fruto da organização estrutural, política e econômica vivenciada pelo país no contexto da globalização.

Débhora Renata Nunes Rodrigues apresenta uma discussão atual e eloquente sobre a migração e o trabalho escravo contemporâneo. Aborda a intrínseca relação entre dignidade humana e trabalho decente, antítese do trabalho em condição análoga a de escravo, e, chama à atenção para o fato de que os imigrantes irregulares são mais suscetíveis a uma relação de trabalho marcada pela escravidão contemporânea.

Ester Taube Toretta apresenta o diálogo com autores que discutem política social e gestão social, e expõe reflexões sobre o modelo de gestão gerencial na gestão social pública, em um contexto marcado pelos avanços do ideário neoliberal que tem profundos impactos no Estado e nas políticas sociais.

Maria Salete Ribeiro apresenta, a partir das teses do filósofo István Mészáros, reflexões sobre a “Crise Estrutural do Capital e o Estado em Falência”, destacando as consequências àqueles que vivem da venda de sua força de trabalho e são, cada vez mais explorados para sustentar o capital, em sua incessante busca de lucros. Conforme a autora, para decifrar essas contradições e determinações históricas que ameaçam a sobrevivência da humanidade a teoria social de Marx é a base à crítica radical às organizações societárias assentadas na propriedade privada dos meios de produção.

Weslen Santana Padilha e Reni Aparecida Barsaglini apresentam a discussão sobre atenção à saúde como direito das pessoas privadas de liberdade em Mato Grosso, e discorrem sobre os aparatos legais, nos quais essa atenção se ampara. A conclusão é a atenção à saúde, apesar de contar com avançado aparato jurídico-legal nacio-

nal como a implantação de equipes multiprofissionais, não se efetiva nos limites da prisão.

Keyla Cristina da Silva Leoncio e Erivã Garcia Velasco apresentam a discussão sobre a implementação da Lei 12.711/2012 Lei de Cotas, que institui legalmente a entrada de estudantes vindos da escola pública pobres, pretos, pardos e indígenas no ensino superior. Para subsidiar a discussão, recorreram a dados do Instituto de Educação Anísio Teixeira – INEP na construção do padrão de aprendizagem oferecido nas redes públicas e privadas. E, a partir desses dados, analisam o aproveitamento dos ingressantes cotistas e não cotistas na Universidade Federal de Mato Grosso no período de 2013 a 2016.

Renata Almeida Danin apresenta um panorama básico dos pilares de sustentação do Racismo Institucional. A partir de revisão bibliográfica de seus principais expoentes analisa dados secundários que refletem o Racismo Institucional e sua configuração na ação policial e na lógica do sistema prisional, esclarecendo as possíveis razões das desigualdades sociais entre categorias étnico-raciais.

Maria Lucia Fattorelli e José Menezes Gomes apresentam instigante discussão sobre a Introdução, no Brasil, do modelo de securitização de créditos que está sendo apresentado como um mecanismo que irá aumentar a cobrança de créditos “podres” e “incobrável” e que gerará benefícios para os diferentes organismos públicos (federais, estaduais). Destacam a semelhança desse processo com aquele que ocorreu na Grécia, mostram as experiências já realizadas no Brasil e sua conexão com a aprovação da Emenda Constitucional 95 que congelou por 20 anos os gastos primários. Analisam as flagrantes ilegalidades e suas incidências nos Orçamentos Públicos e concluem que essa iniciativa desvaloriza a Constituição Federal

apartando-se de todas as leis que regulam as leis de finanças públicas em nosso país e sacrifica as políticas sociais.

Alex Rodrigues Teixeira apresenta uma reflexão sobre o processo de produção e reprodução da força de trabalho e a evolução da acumulação capitalista, com conseqüente centralização do capital em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores. Enfatiza a opressão da classe trabalhadora e reafirma a necessidade de que a luta dos trabalhadores brasileiros seja revigorada.

Tânia Maria Santana dos Santos